

Comissão discute acordo feito com ruralistas

BRASÍLIA — A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados reúne-se hoje para discutir o protocolo acertado, na terça-feira da semana passada, entre a bancada ruralista e os ministros da Fazenda, Rubens Ricúpero, e da Agricultura, Synval Guazzelli sobre a dívida agrícola. Pelo acordo, o governo compromete-se a expurgar das dívidas dos produtores rurais contratadas até 1992 as taxas (juros de mora, inadimplência, entre outras). O governo garante, também, a rolagem por dez anos da dívida dos produtores — cerca de US\$ 3 bilhões -, dependendo da capacidade de pagamento de cada um. Os pequenos produtores terão direito a dois anos de carência. O entendimento entre o governo e bancada ruralista garantiu a aprovação do projeto de conversão da Medida Provisória 482, que criou a Unidade.

Amanhã, a Comissão de Agricultura deverá reunir-se com os ministros Rubens Ricúpero e Synval Guazzelli. A comissão quer que os ministros assinem o protocolo para garantir o cumprimento do acordo. "Isso estava sendo negociado antes da MP 482", observou, ontem, o deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), um dos integrantes da bancada ruralista. Ele admitiu, porém, que a barganha da bancada ruralista ganhou mais força depois que a bancada ameaçou obstruir a votação do projeto de conversão da MP 482, fundamental para a execução do plano econômico. Os dois ministros, segundo Pinheiro, concordaram com os pontos apresentados pelos deputados da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

A diferença entre a correção da dívida agrícola e a correção dos preços agrícolas durante o governo Collor seria colocada à parte numa conta diferenciada. Essa parte, que corresponde a US\$ 1 bilhão, será negociada até o dia 15 de dezembro deste ano. Pinheiro não soube detalhar o total da dívida agrícola com o Banco do Brasil. Ele lembrou que a dívida dos produtores rurais está sendo discutida desde fevereiro, quando a Câmara dos Deputados aprovou o decreto legislativo 383, anistando parte das dívidas dos produtores com o Banco do Brasil.

A Câmara aprovou o decreto e o governo, com medo da sua aprovação no Senado, começou a negociar. O projeto parou no Senado à espera dos entendimentos entre o governo e a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. "Se o governo não levar a sério o protocolo poderemos retomar a tramitação do decreto", ameaçou Pinheiro. Ele não acredita que o Banco do Brasil terá prejuízo com a anistia — caso o protocolo seja seguido à risca. "O que o banco vai deixar de ganhar será compensado com o pagamento da dívida nas novas regras", sustentou. O protocolo diz ainda que o Executivo discutirá em 30 dias com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados um plano para a safra 1994/1995.